



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

CAROLINE CESÁRIO RODRIGUES

**ACIDENTES DE TRABALHO ENVOLVENDO PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NO
BRASIL (2007- 2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em forma de artigo como requisito a formação no Bacharelado em Enfermagem no UniCEUB sob orientação do Profº Linconl Agudo Oliveira Benito.

BRASÍLIA, 2020

ACIDENTES DE TRABALHO ENVOLVENDO PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NO BRASIL (2007-2017)

Caroline Cesário Rodrigues¹
Lincoln Agudo Oliveira Benito²

Resumo

Os Profissionais de Enfermagem (PEs) estão predispostos a diversos riscos que podem suceder acidentes de trabalho (ATs) devido à complexidade das atividades que realizam. Trata-se de um estudo epidemiológico, exploratório, descritivo com abordagem quantitativa que objetivou analisar a frequência de registros de ATs com PEs no Brasil entre 2007 a 2017. Foram utilizados dados extraídos dos Anuários Estatísticos de Acidentes do Trabalho (AEAT) e Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) desenvolvidos pelo Ministério da Economia (ME). Após o processo de organização e análise dos dados foi identificado o universo de 2.706 registros. A maior preponderância identificada entre as categorias foi de 48,8% (n=1.321) técnicos em enfermagem (TEs) e por tipo de acidente o típico com 49,6% (n=1.129). Por meio da presente pesquisa foi verificada a ascensão progressiva da frequência de registros de casos de ATs envolvendo PEs no recorte histórico e geográfico analisados.

Palavras-chave: Acidente de trabalho. Enfermagem. Exposição a agentes biológicos.

ACCIDENTS AT WORK INVOLVING NURSING PROFESSIONALS IN BRAZIL (2007- 2017)

Abstract

The Nursing Professionals (NPs) are predisposed to several risks that can occur in work accidents (WAs) due to the complexity of the activities they perform. This is an epidemiological, exploratory, descriptive study with a quantitative approach that aimed to analyze the frequency of WAs records with NPs in Brazil between 2007 and 2017. Data extracted from the Statistical Yearbooks of Accidents at Work (SYAW) and the Electronic System of the Citizen Information Service (e-SCI) developed by the Ministry of Economy (ME) were used. After the process of data organization and analysis, the universe of 2,706 records was identified. The highest prevalence identified among the categories was 48.8% (n=1,321) nursing technicians (NTs) and by type of accident the typical with 49.6% (n=1,129). By means of this research it was verified a progressive increase in the frequency of records of cases of WAs involving NPs in the historical cutout and geographic analyzed.

Keywords: Work accident. Nursing. Exposure to biological agents.

¹ Discente de Enfermagem do UniCeub.

² Docente de Enfermagem do UniCeub.

1 Introdução

Os Trabalhadores de Enfermagem (TEs) inseridos na prestação de serviços de saúde realizam atividades que requerem proximidade física com o paciente, além da manipulação de diversos materiais e equipamentos. Assim, estão predispostos a uma série de riscos que podem resultar em Acidentes de Trabalho (ATs) (TELES et al., 2016).

De acordo com a legislação brasileira (art. 19 da Lei nº 8.213/91), o acidente de trabalho (AT) é aquele que acontece no exercício laborativo e que traz como consequência uma lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade da atividade (BRASIL, 1991).

É considerado como acidente típico aquele que ocorre durante o desempenho laboral, como AT de trajeto o que se dá durante o deslocamento entre a residência e o local de trabalho e como mesopatias adquiridas ou desencadeadas por condições especiais em que a atividade é realizada e que com ela se relacione. Todo acidente deve ser registrado na instância previdenciária competente, utilizando-se a Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) para este fim (SÊCCO et al., 2008).

Os hospitais prestam serviços com objetivo de tratar e curar pacientes de diversas patologias, porém, é um ambiente que submete os profissionais a variados riscos, entre eles estão os agentes físicos, químicos, mecânicos, biológicos, ergonômicos e psicológicos, que podem ocasionar AT e doença de trabalho (BARBOSA; FIGUEIREDO; PAES, 2009).

Os trabalhadores que exercem atendimento hospitalar são inseridos em ambiente com grau de risco II, segundo a Norma Regulamentadora (NR) de número 04, por realizar atividades de Atenção à Saúde (BERNARDINO; PAIZANTE, 2007). Apesar do profissional de enfermagem proporcionar atenção e cuidado para seus pacientes, a literatura demonstra que, quando se trata de exercer cuidados que são importantes para si mesmo, estes tendem a ser “negligentes” (TIPLLE et al., 2017).

Os agentes biológicos aos quais os profissionais de enfermagem estão frequentemente expostos são bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários e vírus (BRASIL, 2005). Alguns desses patógenos, como os vírus HIV e Hepatite B e C, têm sido constantemente relatados como os mais importantes causadores de doença infectocontagiosa através de acidentes com materiais perfurocortantes (GIR; COSTA; SILVA, 1998; SOUZA; VIANNA, 1993).

Os ATs com exposição a material biológico contaminado deve ser notificado em ficha padronizada pelo Ministério da Saúde (MS) no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e em Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Para intensificar ainda mais os riscos que acometem os profissionais da saúde, existe o fato de que

o trabalhador deste setor sofre restringimentos impostos por suas próprias condições de vida e saúde (BALTHAZAR et al., 2018).

Para garantir os benefícios acidentários dos trabalhadores, grande parte das empresas procuram organizar alguma forma de registro desses acidentes, porém na prática, há uma redução de normalização desse procedimento e uma deficiente divulgação junto aos profissionais. É necessário estabelecer rotinas relacionadas às medidas de precaução imediatas, como as orientações e a disponibilidade da quimioprofilaxia em casos de exposição a material biológico de pacientes soropositivos para o HIV ou desconhecidos (CAIXETA; BRANCO, 2005).

Conforme as especificações da Lei 6.514/77, o Equipamento de Proteção Individual (EPI) é definido como sendo todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, para garantir a proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. De acordo com o art. 166 da lei, a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, de forma gratuita, os equipamentos adequados e em perfeito estado de conservação e funcionamento (BRASIL, 1977).

A enfermagem, mais do que outras categorias da equipe multidisciplinar, depende da adesão ao uso dos EPI's pelas particularidades do trabalho e número de intervenções e procedimentos, o que aumenta os riscos de contaminação. O fato de uma considerável parcela dos profissionais não estarem aderindo, ou aderindo de forma incorreta, é uma realidade que vem sendo demonstrada em diversos estudos publicados (LUBENOW; MOURA, 2012).

Diante da problemática é necessário encarar a saúde dos profissionais de enfermagem com a mesma relevância que a de usuários da assistência, visto que o trabalho exerce um papel imprescindível nas condições de vida e o bem-estar da população. Devemos levar em conta que a qualidade dos serviços prestados pelos colaboradores depende também da organização do exercício laborativo, no que diz respeito das condições em que essa atividade se realiza, evitando que os trabalhadores sofram desgastes, doenças ou AT (RUIZ; BARBOZA; SOLER, 2004).

Considerando o contexto anterior, se constitui enquanto objetivo da presente pesquisa, analisar o quantitativo de acidentes de trabalho entre os profissionais de enfermagem no Brasil entre os anos de 2007 a 2017.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico, exploratório, descritivo e de abordagem quantitativa, que se propôs a analisar a frequência de registros dos acidentes de trabalho

envolvendo profissionais de enfermagem no Brasil, em uma série temporal de 10 anos, ou seja, entre os anos de 2007 a 2017.

Os dados foram extraídos junto a um banco de dados dos Anuários Estatísticos de Acidentes do Trabalho (AEAT) da Secretaria de Previdência e através de solicitações de acesso à informação no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), ambos de natureza pública, gratuitos e de acesso aberto, sendo organizados e mantidos pelo Ministério da Economia (ME). Neste estudo de análise dos acidentes de trabalho de profissionais de enfermagem, as informações são constituídas enquanto categorias analíticas foram organizadas por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de número 8650 que corresponde as atividades de profissionais de saúde, exceto médicos e odontólogos, anos, categoria profissional, tipos de acidentes e quantitativo de profissionais que desenvolveram doença do trabalho.

Após a aquisição dos dados, estes foram organizados para análise utilizando o *software* Microsoft Office Excel 2016®, pertencente ao pacote Microsoft Office 2016®, para Windows®. Foi implementada análise estatística do tipo descritiva com a implementação de tabelas explicativas em anexo e os cálculos relacionados aos percentuais (%).

Para a discussão dos dados obtidos foram realizados levantamentos bibliográficos eletrônicos junto as bases de dados nacionais e internacionais, dentre elas a Biblioteca Virtual em Saúde do Brasil e de Enfermagem (BVS®), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (Lilacs®), Scientific Electronic Library Online (Scielo®), adquirindo desta forma, artigos de periódicos científicos e legislações relacionadas. A realização do presente estudo não apresentou conflitos de interesses.

3 Resultados e Discussão

Após o processo de organização e análise dos dados, foi identificado um universo de 4.428 acidentes que ocorreram no período de 2007 a 2017 entre todas as atividades de profissionais da área da saúde, exceto médicos e odontólogos no Brasil. Foi verificado também que das categorias de atividades econômicas analisadas 2.706 eram profissionais de enfermagem (PEs), sendo que a maior preponderância se constituiu de 48,8% (n=1.321) técnicos em enfermagem (TEs), entre os trabalhadores que desencadearam doença de trabalho destaca-se também com 38% (n=27) o TE.

Analisando o número total de casos entre os anos de 2007 a 2017 foi verificado aumento no quantitativo de casos registrados de AT com o PE. Na Tabela 1 é relatado o quantitativo de acidentes com esses profissionais no Brasil que ocorreram em uma série temporal de 10 anos, o ano de 2015 possui preponderância de registro de casos com total de 542 e o ano de 2010 possui o menor número de casos com total de 313.

Tabela 1: Distribuição de registros de acidentes de trabalho envolvendo todas as atividades de profissionais de saúde, exceto médicos e odontólogos, no Brasil, 2007 a 2017 (n=4.428):

ANO	TÍPICO	%	TRAJETO	%	DT	%	TOTAL	%
2017	205	8	190	10,7	04	4,4	399	9
2016	267	10,4	188	10,6	06	6,7	461	10,4
2015	317	12,4	220	12,4	05	5,6	542	12,2
2014	286	11,2	201	11,3	05	5,6	492	11,1
2013	206	8,1	162	9,1	06	6,7	374	8,4
2012	210	8,2	138	7,8	04	4,4	352	7,9
2011	217	8,5	139	7,8	08	8,9	364	8,2
2010	168	6,6	127	7,1	18	20	313	7,1
2009	192	7,5	134	7,5	14	15,6	340	7,7
2008	220	8,6	129	7,2	11	12,2	360	8,1
2007	270	10,6	152	8,5	09	10	431	9,7
TOTAL	2.558	100	1.780	100	90	100	4.428	100

Fonte: Adaptado de Brasil (2019).

Legenda: Típico: Acidente de Trabalho que ocorre durante o desempenho laboral.

Trajetos: Acidente de Trabalho que ocorre durante o deslocamento entre a residência e o local de trabalho.

DT: Doença do Trabalho

*Os valores apresentados na tabela foram fiéis aos dados adquiridos.

Na Tabela 2 foi identificado que a categoria que mais sofreu acidente de trabalho é o TE com total de 48,8%(n=1.321) casos, logo em seguida o profissional enfermeiro (ENF) com total de 24,9% (n=674) casos e o auxiliar de enfermagem (AUX) com total de 24,2%(n=655) casos. Na tabela os profissionais TEs, AUXs e ENFs, que estão descritos sem especializações, correspondem a outros campos da profissão.

Tabela 2: Distribuição de registros de acidentes de trabalho envolvendo profissionais de enfermagem por categoria no Brasil, 2007 a 2017 (n=2.706):

CATEGORIA PROFISSIONAL	f	%
Técnico em Enfermagem	1.321	48,8
Técnico em Enfermagem do Trabalho	19	0,7
Técnico em Enfermagem Psiquiátrico	07	0,2
Técnico em Enfermagem de Terapia Intensiva	04	0,1
Enfermeiro	674	24,9
Enfermeiro do Trabalho	05	0,1
Enfermeiro de Centro Cirúrgico	03	0,1
Enfermeiro Nefrologista	03	0,1
Enfermeiro do Auditor	02	0,1
Enfermeiro Neonatologista	01	0,04
Enfermeiro Psiquiátrico	01	0,04
Enfermeiro de Terapia Intensiva	01	0,04
Auxiliar de Enfermagem	655	24,2
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	10	0,3
TOTAL	2.706	100

Fonte: Adaptado de Brasil (2019).

* Os valores apresentados na tabela foram fiéis aos dados adquiridos.

Na Tabela 3, foi identificado que a prevalência de casos é maior entre TEs com total de 48,8%(n=1.321) casos, tanto em acidentes típicos como de trajeto. Foi verificado que os típicos correspondem ao maior número de casos entre todas as categorias profissionais analisadas com total de 2.277 casos.

Tabela 3: Distribuição de registros de acidentes de trabalho envolvendo profissionais de enfermagem por tipo de acidente no Brasil, 2007 a 2017 (n=2.706):

CATEGORIA PROFISSIONAL	TÍPICO	%	TRAJETO	%	TOTAL	%
Técnico em Enfermagem	1.129	49,6	192	44,8	1.321	48,8
Técnico em Enfermagem do Trabalho	11	0,4	08	1,8	19	0,7
Técnico em Enfermagem Psiquiátrico	05	0,2	02	0,4	07	0,2
Técnico em Enfermagem de Terapia Intensiva	02	0,09	02	0,4	04	0,1
Auxiliar de Enfermagem	564	24,8	91	21,2	655	24,2
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	07	0,3	03	0,7	10	0,3
Enfermeiro	544	23,9	130	30,3	674	24,9
Enfermeiro do Trabalho	05	0,2	0	-	05	0,1
Enfermeiro de Centro Cirúrgico	03	0,1	0	-	03	0,1
Enfermeiro Auditor	02	0,09	0	-	02	0,07
Enfermeiro Nefrologista	02	0,09	01	0,2	03	0,1
Enfermeiro de Terapia Intensiva	01	0,04	0	-	01	0,04
Enfermeiro Neonatologista	01	0,04	0	-	01	0,04
Enfermeiro Psiquiátrico	01	0,04	0	-	01	0,04
TOTAL	2.277	100	429	100	2.706	100

Fonte: Adaptado de Brasil (2019).

*Os valores apresentados na tabela foram fiéis aos dados adquiridos.

Na Tabela de número 4 é apresentado o quantitativo de profissionais que desencadearam doença do trabalho. Foi identificado que o TE é a categoria que mais apresentou DT com total de 38% (n=27) casos e o ENF possui uma menor quantidade de casos registrados com total de 22,5% (n=16).

Tabela 4: Distribuição de registros de profissionais que desencadearam doença do trabalho (DT) no Brasil, 2007 a 2017 (n=71):

CATEGORIA PROFISSIONAL	f	%
Técnico em Enfermagem	27	38
Técnico em Enfermagem de Terapia Intensiva	01	1,4
Técnico em Enfermagem Psiquiátrico	01	1,4
Técnico em Enfermagem do Trabalho	-	-
Auxiliar de Enfermagem	24	33,8
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	01	1,4
Enfermeiro	16	22,5
Enfermeiro de Centro Cirúrgico	01	1,4
Enfermeiro Auditor	-	-
Enfermeiro de Terapia Intensiva	-	-
Enfermeiro do Trabalho	-	-
Enfermeiro Nefrologista	-	-
Enfermeiro Neonatologista	-	-
Enfermeiro Psiquiátrico	-	-
TOTAL	71	100

Fonte: Adaptado de Brasil (2019).

*Os valores apresentados na tabela foram fiéis aos dados adquiridos.

Ao constatar um crescimento no número de casos registrados de AT no Brasil, exposto na Tabela 1, possivelmente ocorreu devido à complexidade das atividades realizadas pelos profissionais da saúde, esses convivem mais tempo com os pacientes e realizam cuidados diretos. Praticamente inexistente preocupação com o trabalhador e, assim, podemos observar o paradoxo nosocomial cuidar de enfermos e permitir adoecerem as pessoas que deles cuidam (SILVA; KURCGANT; QUEIROZ, 1998).

Os riscos inerentes ao ambiente hospitalar são múltiplos, mas na literatura são apresentados alguns que são considerados os mais evidentes. São classificados como, risco físico que está associado a estrutura material do local de trabalho, risco químico que corresponde a interação dos profissionais de enfermagem com produtos químicos, risco biológico resultante do contato que o profissional tem com substâncias orgânicas, risco ergonômico relacionado com os procedimentos laborais que envolvem esforço e postura física (CANINI et al., 2008).

Os acidentes no ambiente hospitalar possuem grandes embates psicossociais, aliados ao risco de contaminação. Os ATs na saúde possuem diversas causas, entre elas a sobrecarga de trabalho, descuido, laboração em três (03) ou mais instituições, redução ou inadequação dos EPI's, cansaço físico, estresse e debilitação do exercício (BRANDÃO JUNIOR, 2000).

Já na Tabela 2 o TE é a categoria que mais sofre AT, porque assume uma grande parcela dos cuidados diretos aos pacientes, seguidos dos enfermeiros, que desenvolvem procedimentos e intervenções mais complexas (RIBEIRO; SHIMIZU, 2007).

Na equipe de enfermagem o técnico é a categoria que durante a jornada de trabalho está mais exposto a riscos devido ao caráter das atividades realizadas, como a realização da higiene e promoção do conforto ao paciente, organização do ambiente, desprezo de urina, drenagens de secreções e esvaziamento de frascos coletores (BARBOSA; FIGUEIREDO; PAES, 2009). Os TEs compõem parte das numerosas vítimas de ATs com material perfurocortante (SANTOS JUNIOR et al., 2015).

Foi possível identificar na Tabela 3 que os acidentes típicos, que ocorrem na execução do trabalho, correspondem ao maior número, devido a uma parcela significativa de PEs não introduzirem os conhecimentos técnicos de prevenção em suas atuações práticas do cotidiano. Considerando esta realidade, é necessário que as empresas invistam de modo contínuo em programas e treinamentos que estimulem os profissionais a refletirem sobre suas atitudes, assim, efetivando mudanças comportamentais, com o objetivo de revigorar a adesão do uso de EPI'S (FARIAS; ZEITOUNE, 2005).

Ainda analisando a Tabela 3 podemos compreender que os acidentes que acontecem no ambiente hospitalar ocorrem pela redução de precauções a respeito de medidas

preventivas. O EPI é um importante recurso para abrandar os riscos do local de trabalho, porém, a resistência dos profissionais em utilizar estes equipamentos se apresenta como o fator mais preocupante pelos pesquisadores (LACAZ, 1997).

A preocupação com a resistência dos profissionais em relação a utilização dos EPI's aumenta cada vez mais. O TE é o trabalhador que menos adere ao uso, diversos estudos apontam a redução de experiência e do treinamento dessa categoria, porém, grande parte dessa classe relata desconforto, esquecimento, despreocupação, como sendo os motivos que os levam a não utilizar os equipamentos de proteção (MAGNANO et al., 2010).

O tempo de profissão também influencia na adesão aos EPI's. Os trabalhadores com longo período de experiência podem não cumprir a exatidão necessária, ao realizar procedimentos e cuidados, para prevenção contra acidentes. Motivos relacionados a inapropriada infraestrutura dos ambientes de trabalho, a redução de equipamentos de proteção, o desconhecimento dos procedimentos de prevenção por parte dos profissionais e a pressão intensa exercida pelos superiores contribuem para essa não aderência (ALMEIDA et al., 2018).

Os acidentes de trajeto, também verificados na Tabela 3, geralmente se relacionam ao uso de coletivos e as motocicletas que são utilizadas como transporte particular para locomoção até o trabalho. A maior parte das ocorrências esteve relacionadas a queda ao subir ou descer de ônibus e os acidentes de trânsito envolvendo as motocicletas que são veículos mais vulneráveis (RIBEIRO; SHIMIZU, 2007).

Ainda sobre acidentes de trajeto, a Medida Provisória (MP) 905/2019 foi publicada em 12 de novembro de 2019, no Diário Oficial da União, trazendo mudanças na área prevencionista. O documento instituiu o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, alterando a legislação trabalhista e previdenciária. Entre os tópicos publicados, a MP apresenta modificações com relação a este acidente, revogando o art. 21, inciso IV, letra "d", da Lei nº 8.213/91, que equipara o acidente de trajeto sofrido pelo empregado ao acidente do trabalho típico. Com a decisão este não será mais considerado como AT e, portanto, enquanto a MP tiver validade as empresas não precisarão emitir CAT (BRASIL, 2019).

Os PEs representam uma parcela numerosa da população que sofre com os problemas de saúde provocados pelo trabalho que desempenham, pois, são várias categorias profissionais que vivenciam este problema. As causas das doenças do trabalho procedem das relações do exercício laborativo que causam desconforto, conflitos, estresse e em situações extremas, diminuição da capacidade vital, o que pode vir a provocar a morte do profissional (TEIXEIRA; SILVA, 2014).

Na Tabela 4 foi possível identificar que a categoria que mais registrou casos de doença do trabalho foi o TE, por ficar responsável pela grande parte dos cuidados diretos com os

pacientes. No ambiente ocupacional existem múltiplos fatores ergonômicos relacionados a problemas ambientais e organizacionais que ampliam o risco do surgimento das Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), entre eles estão à presença de recursos tecnológicos inadequados, incluindo mobiliário, a carência de equipamentos especiais para movimentar os enfermos, além da redução de educação permanente em saúde (LEITE; SILVA; MERIGHI, 2007).

Ainda é importante ressaltar a “precariedade” e “negligência” relacionada a formalização dos registros de acidentes dos profissionais de enfermagem no ambiente ocupacional. Estudos evidenciam que a gestão hospitalar possui dificuldades de proporcionar o protocolo para que esses episódios sejam registrados pelo fato de que não fica bem para a imagem da organização (TIPPLE et al., 2017).

As causas de subnotificação de ATs expostas pelos profissionais de enfermagem indicam a desinformação em relação aos riscos, aos aspectos epidemiológicos e jurídicos que envolvem este problema, bem como, a subordinação dos colaboradores às condições de trabalho impostas pelo empregador, quando revelam o tempo reduzido para notificar o acidente (NAPOLEÃO et al., 2000).

A subnotificação de acidentes também está relacionada a mecanismos de defesa do trabalhador, ou seja, quando esse se depara com a possibilidade de contaminação e associa com a ideia de morte, gera medo (BRAGA, 2000).

Foi verificado ao longo dos anos uma menor frequência de notificação de ATs entre trabalhadores não concursados, deixando claro o temor dos profissionais de perderem seus empregos, questão séria que nos encaminha para uma reflexão a respeito dos aspectos éticos e morais envolvidos nas relações de trabalho em nosso país (BENATTI, 1997).

4 Conclusão

Por meio da presente pesquisa foi identificado pelos autores do estudo o reduzido quantitativo de referências que versem sobre a temática analisada, dificultando achados recentes em artigos científicos, porém, mesmo com reduzidas pesquisas foi possível observar que o número de casos de ATs oscilou bastante no período averiguado, apresentando sempre números elevados de acontecimentos.

Foi possível verificar que entre os trabalhadores da enfermagem o TE se constitui a categoria que mais sofre AT, devido as características das atividades realizadas pelos mesmos e por assumirem a maior parcela dos cuidados prestados aos pacientes. Os acidentes que ocorrem no ambiente hospitalar está cada vez mais gerando preocupação para os empresários, pois, além dos prejuízos sofridos pelo trabalhador o hospital sofre com o afastamento do profissional.

Vários aspectos contribuem para que o AT aconteça, o excesso de laboração, o cansaço mental e o estresse são apenas alguns fatores que causam desatenção e descuido dos profissionais. As melhorias das condições de trabalho podem ser apropriadas para a redução dos acidentes, lembrando que a saúde física e emocional dos trabalhadores é imprescindível para esse resultado, tendo equilíbrio emocional a enfermagem pode atuar de forma eficaz.

Diversos artigos selecionados abordam especificamente a questão da redução da adesão dos EPI's pelo PE, as barreiras para essa resistência ao uso dos equipamentos de proteção devem-se a sobrecarga, estresse, rotinas reduzidas, improvisação, desgaste nas relações entre equipes e confiança no trabalho desenvolvido.

Foi observado também que os ATs podem sim ser evitados a partir de diálogos abertos e democráticos entre empregador e empregados, porém, o trabalhador tem medo de se expressar devido à redução de estabilidade, principalmente no serviço privado, então o medo de perder o emprego prejudica o diálogo entre ambas as partes.

O que dificulta a diminuição dos acidentes é o reduzido acesso sobre a importância da emissão do documento, a restrição de tempo do profissional, devido ao excesso de cobrança por parte do empregador e também, mesmo sendo obrigatório o registro e emissão da CAT, múltiplas empresas não promovem facilmente a elaboração do protocolo pelo fato de que a imagem da organização irá ficar manchada perante a sociedade.

Observa-se que muitos profissionais de enfermagem desconhecem a importância de notificar o AT, ocorrendo uma subnotificação das lesões e agravos que acontecem frequentemente no ambiente de laboração. Há uma necessidade de criação de estratégias direcionadas a estes colaboradores, tendo como objetivo a prevenção e diminuição de acidentes durante o exercício laborativo.

Diversas condutas podem ser aplicadas para redução dos ATs, como a melhor organização de políticas públicas direcionadas aos profissionais da saúde, maior intervenção dos órgãos competentes e Conselhos de Enfermagem, principalmente na fiscalização, as empresas podem estabelecer uma política permanente de educação, capacitação de seus funcionários e programas eficazes de prevenção de acidentes de trabalho, assim, os próprios profissionais propagam a conscientização sobre os fatores de risco e passam a colocar em prática os métodos de prevenção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. S. et al. Fatores relacionados ao uso de equipamentos de proteção individual em agentes comunitários de saúde de um município do litoral norte de São Paulo. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 346-352, ago. 2018. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/369/pt-BR/fatores-relacionados-ao-uso-de-equipamentos-de-protecao-individual-em-agentes-comunitarios-de-saude-de-um-municipio-do-litoral-norte-de-sao-paulo>. Acesso em: 3 out. 2019.

BALTHAZAR, M. A. P. et al. Riscos ocupacionais, condições de trabalho e a saúde dos soldadores. **Revista de Enfermagem UFPE OnLine**, Recife, v. 12, n. 4, p. 997-1.008, abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/230640/28796>. Acesso em: 10 set. 2019.

BARBOSA, M. A; FIGUEIREDO, V. L; PAES, M. S. L. Acidentes de trabalho envolvendo profissionais de enfermagem no ambiente hospitalar: um levantamento em banco de dados. **Revista Enfermagem Integrada**, Minas Gerais, v. 9, n. 1, p. 176-187, jul./ago. 2009. Disponível em: https://www.unileste.edu.br/enfermagemintegrada/artigo/v2/Monica_barbosa_Veronica_figueiredo_Maione_paes.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

BENATTI, M. C. C. **Acidente do trabalho em um hospital universitário**: um estudo sobre a ocorrência e os fatores de risco entre trabalhadores de enfermagem. 1997. 239 f. Tese (Doutorado) – Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 1997.

BERNARDINO, S. H. M; PAIZANTE, G. O. Análise dos registros de acidentes ocupacionais ocasionados por perfurocortantes. **Revista Meio Ambiente e Saúde**, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p.136-150, jul. 2007. Disponível em: [http://www.faculdadedofuturo.edu.br/revista/2007/pdfs/RMAS%20\(1\)%20136-150..pdf](http://www.faculdadedofuturo.edu.br/revista/2007/pdfs/RMAS%20(1)%20136-150..pdf). Acesso em: 29 ago. 2019.

BRAGA, D. **Acidente de trabalho com material biológico em trabalhadores da equipe de enfermagem do Centro de Pesquisa Hospital Evandro Chagas**: um olhar da saúde do trabalhador. 2000. 86 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Serviço Social, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5055>. Acesso em: 3 out. 2019.

BRANDÃO JUNIOR, P S. **Biossegurança e AIDS**: as dimensões psicossociais do acidente com material biológico no trabalho em hospital. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5409>. Acesso em: 7 out. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: MPS/DATAPREV/TEM, 2008. 888 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: MPS/DATAPREV/TEM, 2009. 892 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: MPS/DATAPREV/MTE, 2010. 928 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: MPS/DATAPREV/MTE, 2011. 944 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 3 set. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: MPS/DATAPREV/TEM, 2012. 993 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 3 set. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: DATAPREV/MTPS, 2013. 988 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 4 set. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério da Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: MF/DATAPREV, 2015. 991 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 4 set. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Secretaria de Previdência. Ministério da Fazenda. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: SPREV-MF/DATAPREV/INSS, 2016. 992 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 5 set. 2019.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. Secretaria de Previdência. Ministério da Fazenda. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. v. 1, Brasília: SPREV-MF/DATAPREV/INSS, 2017. 996 p. Disponível em: <http://www.antigo.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>. Acesso em: 5 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 17777,23 dez. 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6514.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, Brasília, DF, p. 14809, 25 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, n. 219, p. 5, 12 nov. 2019. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv905.htm. Acesso em: 6 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão**. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Acesso em: 20 set. 2019.

CAIXETA, R. B; BRANCO, A. B. Acidente de trabalho, com material biológico, em profissionais de saúde de hospitais públicos do Distrito Federal, Brasil, 2002/2003. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 737-746, maio/jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v21n3/07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

CANINI, S. R. M. S. et al. Fatores associados a acidentes percutâneos na equipe de enfermagem de um hospital universitário de nível terciário. **Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 818-823, set./out. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n5/pt_04.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

FARIAS, S. N. P; ZEITOUNE, R. C. G. Riscos no trabalho de enfermagem em um centro municipal de saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 167-174, jun. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000119&pid=S01032100200600020001400029&lng=en. Acesso em: 22 nov. 2019.

GIR, E; COSTA, F. P. P; SILVA, A. M. A enfermagem frente a acidentes de trabalho com material potencialmente contaminado na era do HIV. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 262-272, out. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v32n3/v32n3a09.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

LACAZ, F. A. C. Saúde dos trabalhadores: cenários e desafios. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 07-19. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1360.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2020.

LEITE, P. C; SILVA, A; MERIGHI, M. A. B.A mulher trabalhadora de enfermagem e os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 287-291, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n2/15.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LUBENOW, J. A. M; MOURA, M. E. B. Representações sociais sobre as causas dos acidentes com materiais perfurocortantes por técnicos de enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Paraíba, v. 13, n. 5, p. 1132-41, ago. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4121>. Acesso em: 18 set. 2020.

MAGNANO, T. S. B. S. et al. Aspectos psicossociais do trabalho e distúrbio musculoesquelético em trabalhadores de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 140-147, maio/jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt_19.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

NAPOLEÃO, A. A. et al. Causa de subnotificação de acidentes do trabalho entre trabalhadores de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 119-120, jul. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n3/12409.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

RIBEIRO, E. J. G; SHIMIZU, H. E. Acidentes de trabalho com trabalhadores de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 5, p. 535-540, set./out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v60n5/v60n5a10.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

RUIZ, M. T; BARBOZA, D. B; SOLER, Z. A. S. G. Acidentes de trabalho: um estudo sobre esta ocorrência em um hospital geral. **Revista Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 11, n. 4, p. 219-224, out/dez. 2004. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=436511&indexSearch=ID>. Acesso em: 18 set. 2020.

SANTOS JUNIOR, E. P. et al. Acidente de trabalho com material perfurocortante envolvendo profissionais e estudantes da área da saúde em hospital de referência. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, Tocantins, v. 13, n. 2, p. 69-75, 2015. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-4435/2015/v13n2/a5231.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SÊCCO, I. A. O. et al. Acidentes de trabalho típicos envolvendo trabalhadores de Hospital Universitário da Região Sul do Brasil: epidemiologia e prevenção. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 824-831, set/out. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n5/pt_05.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

SILVA, V. E. F.; KURCGANT, P.; QUEIROZ, V. M. O desgaste do trabalhador de enfermagem: relação trabalho de enfermagem e saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 603-614, out/dez. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v51n4/v51n4a06.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

SOUZA, M; VIANNA, L. A. C. Incidência de acidentes de trabalho relacionado com a não utilização das precauções universais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 46, n.3/4, p. 234-244, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v46n3-4/v46n3-4a06.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

TEIXEIRA, L. P.; SILVA, T. A. S. M. Doenças ocupacionais na enfermagem: quando o trabalho adoece. **Revista Pró-univerSUS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 19-24, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/516#:~:text=As%20doen%C3%A7as%20acometidas%20pela%20equipe,a%20essas%20doen%C3%A7as%20s%C3%A3o%20m%C3%BAltiplos>. Acesso em: 9 nov. 2019.

TELES, A. S. et al. Acidentes de trabalho com equipe de enfermagem: uma revisão crítica. **Revista de Saúde Coletiva da UEFS**, Bahia, v. 6, n. 1, p. 62-68, jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1082/856>. Acesso em: 13 ago. 2019.

TIPPLE, A. V. F. et al. Equipamentos de proteção em centros de material e esterilização: disponibilidade, uso e fatores intervenientes à adesão. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Goiás, v. 6, n. 4, p. 441-448, out./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/3877/2681>. Acesso em: 3 set. 2019.